



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVOITACOLOMI

AV: 28 de Setembro, n.º 711 - fone/fax: (43) 3437-1116

CEP 86895-000 - NOVO ITACOLOMI - PR

CNPJ 95.639.472/0001-03

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA - DFD

Sector Requisitante:	Secretaria Municipal de Industria Comércio Agropecuária e Meio Ambiente.
E-mail:	pmmni.licitacoes@gmail.com

Descrição do Objeto:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADA RURAL EM CBUQ, INCLUINDO SERVIÇOS PRELIMINARES, TERRAPLENAGEM, DRENAGEM, BASE/SUB-BASE, REVESTIMENTO, MEIO-FIO E SARJETA, SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO E ENSAIOS TECNOLÓGICOS, CONFORME TERMO DE CONVÊNIO N.º 764/2025 - SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO – SEAB E - SAM 53 - SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES – SECID - PARANACIDADE.

Urgência na contratação: (x) sim. () Não

Introdução:

A novel Lei de Licitações e Contratos conferiu obrigatoriedade na utilização do Documento de Formalização de Demanda (DFD) a todo processo de licitação e de contratação direta iniciado a partir da vigência da Lei n.º 14.133/2021, sendo, portanto, instrumento elementar e configurador do processo de planejamento da contratação.

Previsto nos artigos 12, inciso VII, e 72, inciso I, ambos da referida norma legal, é o documento necessário ao correto detalhamento das necessidades do órgão público através da formalização de demanda, com a definição clara dos objetivos, requisitos e critérios de



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVOITACOLOMI

AV: 28 de Setembro, n.º 711 - fone/fax: (43) 3437-1116

CEP 86895-000 - NOVO ITACOLOMI - PR

CNPJ 95.639.472/0001-03

seleção que subsidiarão a elaboração do Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência.

Portanto, visando evitar contratações antieconômicas geradoras de irremediável prejuízo social, destina-se a presente formalização de demanda à inicial análise de viabilidade acerca da alternativa mais vantajosa e disponível ao Município de Novo Itacolomi/PR, sob a perspectiva dos caracteres financeiro, operacional e gerencial, aliados à própria necessidade de atendimento ao interesse público envolvido.

Justificativa da Necessidade:

A presente contratação revela-se necessária diante da condição atual da estrada rural contemplada no Termo de Convênio n.º 764/2025 – SEAB e no SAM 53 – SECID/PARANACIDADE, cuja infraestrutura encontra-se insuficiente para atender de forma adequada às demandas de mobilidade, segurança e escoamento da produção agrícola do Município de Novo Itacolomi. As vias rurais desempenham papel estratégico na dinâmica econômica local, especialmente para o transporte de insumos, produtos agropecuários e no deslocamento diário de moradores e trabalhadores, sendo imprescindível sua manutenção e melhoria contínua.

A ausência de pavimentação adequada tem ocasionado recorrentes problemas de trafegabilidade, desgaste acelerado dos veículos, aumento de custos logísticos, interrupções em períodos chuvosos e riscos à integridade física dos usuários. Dessa forma, a implantação de pavimento em CBUQ, aliada aos serviços de terraplenagem, drenagem, base e sub-base, meios-fios, sarjetas, sinalização e ensaios tecnológicos, configura-se medida indispensável para assegurar condições estruturais duradouras e alinhadas às normas técnicas.

A necessidade da presente contratação decorre da constatação de que o trecho da estrada rural objeto do convênio apresenta condições estruturais inadequadas, caracterizadas por irregularidades na plataforma viária, ausência de drenagem eficiente, presença de pontos críticos de erosão e dificuldades frequentes de circulação em períodos de maior precipitação. Tais fatores comprometem significativamente a mobilidade da população rural, o transporte escolar, o acesso aos serviços públicos essenciais e o escoamento da produção agropecuária, principal atividade econômica local.

A implantação de pavimentação em CBUQ, somada aos serviços preliminares, terraplenagem, drenagem, base e sub-base, meio-fio, sarjeta, sinalização horizontal e vertical, além dos ensaios tecnológicos exigidos pelas normas técnicas, visa solucionar de maneira definitiva essas deficiências. A opção pelo revestimento em CBUQ se justifica por sua elevada durabilidade, resistência à ação climática e capacidade de suportar tráfego pesado,



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVOITACOLOMI

AV: 28 de Setembro, n.º 711 - fone/fax: (43) 3437-1116

CEP 86895-000 - NOVO ITACOLOMI - PR

CNPJ 95.639.472/0001-03

reduzindo a necessidade de manutenções frequentes e garantindo maior vida útil à infraestrutura viária.

Ademais, a melhoria da estrada rural representa importante investimento no fortalecimento da cadeia produtiva agrícola, ao facilitar o deslocamento de caminhões, máquinas e insumos, bem como ao reduzir perdas decorrentes da dificuldade de acesso às propriedades. Também promove maior segurança aos usuários, minimizando riscos de acidentes associados à estrada de leito natural ou em condições precárias.

Considera-se ainda que a execução da obra é condição essencial para cumprimento das metas estabelecidas no âmbito do Termo de Convênio n.º 764/2025 – SEAB e do SAM 53 – SECID/PARANACIDADE, que visam fomentar o desenvolvimento rural e a melhoria da infraestrutura municipal, garantindo eficiência, economicidade e sustentabilidade nas ações financiadas pelo Estado.

Diante dos elementos expostos, evidencia-se que a contratação para execução de pavimentação em CBUQ na estrada rural objeto do Termo de Convênio n.º 764/2025 – SEAB e do SAM 53 – SECID/PARANACIDADE é medida indispensável para suprir as deficiências estruturais atualmente verificadas e garantir condições seguras, eficientes e contínuas de trafegabilidade. A solução proposta atende plenamente aos requisitos técnicos, às diretrizes dos órgãos estaduais envolvidos e às necessidades da população, promovendo melhorias significativas no acesso às áreas rurais e no escoamento da produção agrícola.

Constata-se, portanto, que a intervenção não apenas resolve problemas imediatos de infraestrutura, como também contribui para a redução de custos futuros de manutenção, para a prevenção de danos decorrentes das condições climáticas e para o fortalecimento do desenvolvimento econômico e social do Município. Assim, resta comprovada a necessidade e a pertinência da presente contratação, assegurando a adequada aplicação dos recursos públicos e a melhoria contínua da mobilidade rural.

Especificações e Termos Gerais:

Classificação como obra ou serviço de engenharia:

A Lei n.º 14.133, de 2021 – Nova Lei de Licitações e Contratos – em seu art. 6º, incisos XII e XXI, estabelece as definições de obra e serviço de engenharia também se valendo da referência à dimensão da alteração, nos seguintes termos:

XII - obra: toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas,



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVOITACOLOMI

AV: 28 de Setembro, n.º 711 - fone/fax: (43) 3437-1116

CEP 86895-000 - NOVO ITACOLOMI - PR

CNPJ 95.639.472/0001-03

formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel;

(...);

XXI - serviço de engenharia: toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a Administração e que, não enquadradas no conceito de obra a que se refere o inciso XII do caput deste artigo, são estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados (...).

No Parecer n.º 075/2010/DECOR/CGU/AGU, que é destacado no Manual de Obras e Serviços de Engenharia da Consultoria-Geral da União, tais atividades foram sintetizadas sob a concepção da alteração significativa ou não significativa do espaço, nos seguintes termos:

a) Em se tratando de alteração significativa, autônoma e independente, estar-se-á adiante de obra de engenharia, vedada a adoção do pregão;

b) Em se tratando de alteração não significativa, autônoma e independente, estar-se-á adiante de serviço de engenharia, cabível a adoção do pregão.

Sob a égide da nova Lei, a atividade será enquadrada como obra quando i) seu exercício, por força de lei, for privativo das profissões de engenheiro e arquiteto, e, cumulativamente, ii) importar em inovação do espaço físico da natureza ou substancial alteração das características originais de bem imóvel.

O enquadramento como serviço de engenharia, por outro lado, tem um caráter de exclusão: trata-se de atividade desempenhada por arquiteto, engenheiro ou técnico especializado que importe em utilidade para a Administração, mas não constitua obra, ou seja, não importe em inovação ou alteração substancial do ambiente ou bem imóvel.

Percebemos que o supracitado Manual de Obras e Serviços de Engenharia da Consultoria-Geral da União já destacava a ideia de novidade para distinguir obra de serviço de engenharia, consignando que:

Obra é toda e qualquer criação material nova ou incorporação de coisa nova à estrutura já existente. (...)

Serviço de engenharia é a atividade destinada a garantir a fruição de utilidade já existente ou a proporcionar a utilização de funcionalidade nova em coisa/bem material já existente. Não se cria coisa nova. Pelo contrário, o serviço consiste no conserto, na conservação, operação, reparação, adaptação ou manutenção de um bem material específico já construído ou fabricado. Ou, ainda, na instalação ou montagem de objeto em algo já existente. Objetiva-se, assim, manter-se ou aumentar-se a eficiência da utilidade a que se destina ou pode se destinar um bem perfeito e acabado.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVOITACOLOMI

AV: 28 de Setembro, n.º 711 - fone/fax: (43) 3437-1116

CEP 86895-000 - NOVO ITACOLOMI - PR

CNPJ 95.639.472/0001-03

No caso em questão, é de forma inequívoca que a contratação pretendida se enquadra no conceito de **obra de engenharia**, conforme delineado pela Lei n.º 14.133/2021 e os entendimentos consagrados pela Consultoria-Geral da União. A análise cuidadosa da natureza da atividade a ser executada revela que ela implica inovação substancial no espaço físico, o que a caracteriza como obra, conforme expresso no inciso XII do artigo 6º da referida Lei. A intervenção, que modifica o bem imóvel de maneira significativa, não pode ser classificada como um serviço de engenharia, pois, não se trata de uma simples manutenção ou adaptação, mas de uma transformação do ambiente físico, implicando em nova criação ou alteração substancial das características originais do bem.

Definição da natureza do objeto:

Os serviços a serem contratados têm natureza comum, haja vista que os padrões mínimos de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

A solução adotada trata-se de objeto comum, pois:

- i.) é(são) encontrado(s) e praticado(s) no mercado sem maiores dificuldades;
- ii.) é(são) ordinário(s), sem peculiaridades ou características especiais; e
- iii.) é(são) apresentado(s) com identidade e características padronizadas, com perfil qualitativo passível de ser descrito objetivamente.

Regime de execução:

Nos termos do art. 46 da Lei n. 14.133, de 2021, será adotado o regime de execução: **Empreitada Por Preço Global**, em razão da execução da obra dar por preço certo e total, garantindo maior previsibilidade e clareza nos custos envolvidos. A empreitada por preço global é indicada para obras que têm bem definidos os seus custos e o escopo, permitindo que o contratado assuma a responsabilidade pelo preço global do projeto, independentemente das variações ao longo da execução.

Adotando-se esse regime, cada parte assume o risco de eventuais distorções nos quantitativos a serem executados, que podem ser superiores ou inferiores àqueles originalmente previstos na planilha orçamentária da contratação. Se, ao final da obra, a contratada tiver fornecido ou executado quantitativos superiores aos estimados, arcará com o prejuízo financeiro, não podendo cobrar a Administração pelos custos adicionais, até certo limite. Na situação oposta, a lógica é a mesma: a Administração não poderá realizar descontos



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVOITACOLOMI

AV: 28 de Setembro, n.º 711 - fone/fax: (43) 3437-1116

CEP 86895-000 - NOVO ITACOLOMI - PR

CNPJ 95.639.472/0001-03

proporcionais aos quantitativos não fornecidos ou executados, se ao final forem inferiores aos estimados, até o limite fixado pela Lei.

Diante disso, a escolha do regime de empreitada por preço global se mostra plenamente compatível com as características da obra a ser realizada, garantindo a eficiência na execução, o cumprimento dos prazos e a fixação do valor total a ser pago. Ao adotar esse regime, assegura-se o controle orçamentário e a transparência no processo de contratação, conforme preconizado pela Lei n.º 14.133/2021, proporcionando uma gestão mais eficaz e segura para a Administração Pública.

Do valor máximo:

O valor global da licitação não poderá ultrapassar **R\$ 4.832.150,97 (Quatro milhões oitocentos e trinta e dois mil, cento e cinquenta reais e noventa e sete centavos)**, compreendendo os fornecimentos, serviços, fretes, encargos sociais e responsabilidades fiscais, trabalhistas e previdenciárias.

Do prazo execução:

O prazo de execução e conclusão dos serviços será conforme o estabelecido no Cronograma Físico-financeiro.

Local de execução:

Conforme estabelecido no projeto básico (memorial descritivo - especificações técnicas, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro, projeto arquitetônico e complementares).

Prazo de Vigência:

O prazo de vigência da contratação será 360 (trezentos e sessenta) dias a partir do primeiro dia útil subsequente à data de assinatura, na forma do art. 105 da Lei n.º 14.133/2021, prorrogável na forma do art. 107 da Lei n.º 14.133, de 2021.

Forma de Pagamento:

O pagamento dos serviços será efetuado em moeda brasileira corrente, após recepção do recurso financeiro pelo Município, desde que haja a apresentação correta de cada fatura dos serviços executados e documentos pertinentes, devidamente protocolados, cumpridas às cláusulas contratuais e obedecidas às condições para liberação das parcelas.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVOITACOLOMI

AV: 28 de Setembro, n.º 711 - fone/fax: (43) 3437-1116

CEP 86895-000 - NOVO ITACOLOMI - PR

CNPJ 95.639.472/0001-03

Os prazos serão limitados a:

10 (dez dias) úteis para a liquidação da despesa, a contar data de recebimento dos repasses do órgão competente e da emissão da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração.

20 (vinte dias) úteis para pagamento, a contar da liquidação da despesa.

Fiscalização:

Fiscal indicado: Edvaldo Michelin.

Fiscal substituto: Sidinei Aparecido Tassi Francisconi.

Gestor indicado: Marcus Vinicius De Almeida Torres Filho.

Gestor substituto: Renildo Ferreira dos Anjos.

Portaria n.º 1770, de 22 de Abril de 2025.

Contratações Anteriores:

☒ Sim

☐ Não

Observações da contratação anterior que possam auxiliar os Estudos Técnicos:
Concorrência n.º 007/2024.

Regime Licitatório adotado:

Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, chamada Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (NLLC) e legislação correlata c/c Decreto Municipal n.º 4019/2025.

Encaminhamento para a Autoridade Competente:

Em conformidade com a legislação aplicável, encaminho a presente Solicitação de Demanda à autoridade competente para análise de conveniência e oportunidade para a contratação e demais providências cabíveis.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVOITACOLOMI

AV: 28 de Setembro, n.º 711 - fone/fax: (43) 3437-1116

CEP 86895-000 - NOVO ITACOLOMI - PR

CNPJ 95.639.472/0001-03

Segue em anexo o Estudo Técnico Preliminar, o Projeto Básico e o Termo de Referência.

Novo Itacolomi/PR, 26 de Janeiro de 2026.

Marcus Vinicius de Almeida Torres Filho

Secretário municipal de Indústria Comércio Agropecuária e Meio Ambiente